

Autor: Bernardo Sicsú

Veículo: O Globo - <https://glo.bo/32VNLLA>

A convergência para a reforma do setor de gás

Prestes a completar sete anos de discussões, o PL do Gás finalmente irá à votação. Foi a sinalização do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, ao afirmar que incluirá o tema na pauta do Plenário desta semana.

Aprovado de forma unânime na Comissão de Minas e Energia da Câmara no ano passado, o texto a ser levado ao Plenário representa o consenso possível entre os diferentes atores do setor, resultado de uma construção coletiva de grande representatividade.

Se no início das discussões havia pouca convergência e muita oposição, hoje as resistências são residuais, o que traz confiança de que o PL 6407 será aprovado, sem alterações. A concordância existente entre governo federal, produtores, transportadores, comercializadores e consumidores de gás natural sobre a redação atual só foi possível após longa e intensa negociação da qual todos, sem exceção, tiveram que ceder.

Em muitos casos, pleitos históricos foram deixados de lado. Exemplo mais emblemático talvez seja o do consumidor livre, que deveria ter suas regras definidas em nível federal, alinhado com os artigos 22 e 177 da Constituição Federal, mas que continuará a cargo dos estados. Ou seja, o texto aprovado na comissão de mérito da Câmara dos Deputados não é sonho de consumo de nenhum dos que o apoiam, mas representa a convergência possível entre aqueles que buscaram uma solução, devendo ser preservado.

O PL do Gás ataca pontos centrais para a reforma setorial, ampliando a concorrência no mercado, sem subsídios. Com o aumento da produção e do número de vendedores, o preço do gás tende a cair.

Dentro dessa nova lógica de mercado, o PL simplifica processos, consolida as bases para uma melhor utilização das infraestruturas existentes e oferece segurança jurídica para novos investimentos, aspectos fundamentais para a retomada do crescimento econômico. Os benefícios são expressivos, nada tímidos. Segundo dados compilados pelo Ministério da Economia, o aumento da competição trazido pelo PL do Gás poderá reduzir o preço do gás natural em até 50%, atrair investimentos de mais de R\$ 60 bilhões ao ano e gerar mais de 4 milhões de empregos na próxima década. A Empresa de Pesquisa Energética estima arrecadação adicional de cerca de R\$ 7 bilhões ao ano, sendo R\$ 2 bilhões em royalties, a serem divididos entre União, estados e municípios, e R\$ 5 bilhões de ICMS.

Isso sem falar que o expressivo aumento da oferta de gás natural contribuirá para ampliar a oferta do gás de cozinha, reduzindo o seu preço. É botijão mais barato para a família brasileira. Diante das vantagens que a nova regulação trará, resistências residuais ao PL do Gás não deveriam ser empecilhos para a sua aprovação da forma como se encontra. Até porque não há consenso entre os especialistas sobre qualquer outro ponto que já não esteja incluído no PL.

Aprimoramentos serão sempre possíveis, mas devem ficar para um segundo momento, com vistas a não prejudicar o equilíbrio atingido e dificultar a aprovação nas demais etapas. Reabrir a discussão é penalizar principalmente o consumidor brasileiro, que continuará refém de um modelo sem competição e pagando um gás extremamente caro.

Precisamos avançar! E rápido, pois corremos o risco de perder uma janela de oportunidade única, jogando fora riquezas nacionais como as do pré-sal, tão valiosas para o nosso desenvolvimento. A necessária convergência para aprovação da reforma do setor gás já foi atingida e, se preservada e aprovada, trará mais investimento e emprego para o país.

Bernardo Sicsú é diretor de eletricidade e gás da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) e coordenador-adjunto do Fórum do Gás.